

(Des)encontros discursivos entre os populismos de Perón e Vargas

Discursive (dis)agreements between the populisms of Perón and Vargas

Priscila Marinho

Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ) | Rio de Janeiro | RJ | BR
Bolsista FAPERJ — Fundação Carlos
Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do
Estado do Rio de Janeiro. Processo SEI
260003/000295/2024
psmarinho9@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6079-6336>

Resumo: Este artigo pretende refletir sobre os discursos populistas (Laclau, 2013 [2005]) produzidos a partir do peronismo e do varguismo no contexto sócio-histórico do capitalismo industrial da Argentina e do Brasil em meados do século XX. À luz da Análise de discurso de linha francesa, mobilizamos pressupostos epistemológicos de extração pecheutiana e foucaultiana. Nosso objetivo é analisar discursivamente por meio de sequências discursivas (Courtine, 2016) alguns enunciados procedentes de gêneros das esferas propagandística e jurídica, tais como, revistas, pôsteres, bem como as Constituições de ambas as nações em vigência nas épocas abarcadas. As perguntas que guiam nossas análises são as seguintes: (a) De que modo o peronismo e o varguismo se apropriam do populismo?; (b) Como as noções de trabalho, família e educação atravessam os discursos produzidos pelos governos Perón e Vargas? Nossa análise desvelou movimentos de proximidade e de distância entre tais contextos históricos. No que tange à proximidade, destaca-se a filiação de ambos os movimentos a discursividades trabalhistas promovendo uma modernização calcada no autoritarismo. Entretanto, o desenvolvimento desses populismos desliza para distintos efeitos de sentidos, uma vez que enquanto o peronismo se vincula às discursividades da militância sociopolítica, o varguismo se filia a uma política conciliatória de classes.

Palavras-chave: peronismo; varguismo; discurso populista; análise do discurso.

Abstract: This paper intends to reflect on the populist discourses (Laclau, 2013 [2005]) produced from



Peronism and Varguism in the socio-historical context of industrial capitalism in Argentina and Brazil at the beginning of the 20th century. In the light of French discourse analysis, we mobilize epistemological assumptions of Pecheutian and Foucauldian extraction. Our objective is to discursively analyze, through discursive sequences (Courtine, 2016), some statements coming from genres in the propagandistic and legal spheres, such as magazines, posters, as well as the Constitutions of both nations in force at the times covered. The questions that guide our analyzes are the following: (a) How do Peronism and Varguism appropriate populism?; (b) How do the notions of work, family and education permeate the discourses produced by the Perón and Vargas governments? Our analysis revealed movements of proximity and distance between such historical contexts. Regarding proximity, the affiliation of both movements to labor discourses promoting modernization based on authoritarianism stands out. However, the development of these populisms leads to different effects of meaning, since while Peronism is linked to the discursivities of sociopolitical militancy, Varguism is affiliated with a conciliatory class policy.

Keywords: peronism; varguism; populist discourse; discourse analysis.

1 Introdução

Este artigo intenciona oportunizar uma discussão entre o peronismo e o varguismo, observando de que maneira ditos movimentos mobilizam o discurso populista (Laclau, 2013 [2005]) para o desenvolvimento econômico do capitalismo industrial na Argentina e no Brasil durante o contexto sócio-histórico do século XX. Para tanto, nosso dispositivo teórico-metodológico está alicerçado na Análise de discurso de linha francesa, abarcando postulados epistemológicos de orientação pecheutiana e foucaultiana. Com isso, objetivamos examinar os pontos de (des)encontros, a partir da instância da discursividade, entre os populismos construídos durante os governos de Juan Perón e Getúlio Vargas.

No intuito de materializarmos nosso debate, analisaremos alguns enunciados mediante sequências discursivas (Courtine, 2016) extraídas de gêneros das esferas propagandística e jurídica, tais como, revistas, pôsteres e as Constituições Federais em vigor à época em ambos em países mencionados. A partir disso, introduzimos os seguintes questionamentos com vistas à condução de nossa análise: (a) De que modo o peronismo e o varguismo se

apropriam do populismo?; (b) Como as noções de trabalho, família e educação atravessam os discursos produzidos pelos governos Perón e Vargas?

Portanto, nosso artigo está disposto da seguinte maneira: na próxima seção discutiremos alguns pressupostos teórico-metodológicos embasados na Análise de discurso de linha francesa, mobilizando certas noções, a saber, formações discursivas, memória discursiva e condições de produção dos discursos. Em seguida, encaminharemo-nos às subseções concernentes às condições de produção para a emergência do peronismo e do varguismo, em que refletiremos discursivamente os contextos sócio-históricos da Argentina e do Brasil, em meados do século XX, à época do surgimento das figuras de Juan Perón e Getúlio Vargas, respectivamente. Nas seções analíticas, formuladas neste artigo a partir dos enunciados “formas de materialização do discurso peronista” e “formas de materialização do discurso varguista”, ofertaremos trechos de textos escritos oriundos das esferas da propaganda e da justiça, em que observaremos a materialização do discurso populista, bem como o atravessamento das noções de trabalho, família e educação. Após as análises discursivas, refletiremos brevemente sobre o processo de conformação da memória do peronismo e do varguismo no contexto de ambos os países abarcados. Por fim, passaremos às considerações finais, em que procuraremos discorrer sobre os movimentos discursivos de proximidade e distância entre o peronismo e o varguismo.

2 Abordagem discursiva

A Análise de discurso (AD), de extração pecheutiana (cf. Orlandi, 2000), é uma abordagem teórico-metodológica que pensa a produção de sentidos como efeitos que são construídos sócio-historicamente. Isso significa conceber o discurso enquanto prática inscrita na história. Sendo assim, toda produção discursiva remete a uma determinada época. Em uma abordagem discursiva adota-se a noção de forma material (Celada & Payer, 2016), refutando-se, em contrapartida, concepções linguísticas que trabalham forma e conteúdo enquanto dimensões opostas e separadas. Em lugar disso, forma material engendra a noção de materialidade, imbricando forma e conteúdo de maneira concomitante, e se configurando, portanto, como linguístico-histórica, uma vez que é contemplada como acontecimento da língua em um sujeito atravessado pela história.

É relevante ainda salientar que, para a AD, o discurso ao se fundamentar em uma determinada conjuntura sócio-histórica, é perpassado por condições de dizibilidade. Tais condições de dizibilidade são estipuladas a partir da inscrição dos sujeitos em formações discursivas, noção, desenvolvida por Foucault (2014 [1969]), e apropriada pelo pensamento pecheutiano, que assinala o que pode (ou não) ser dito a partir de uma dada posição enunciativa filiada a um determinado contexto sócio-histórico. Além disso, as condições de dizibilidade se tornam possíveis de serem acionadas graças à memória discursiva, entendida como regiões constituídas por cadeias estabilizadas do dizível que apoiam o saber discursivo e que, assim, interpelam os sujeitos. Focalizar as condições de produção desses dizeres significa articular a linguagem em relação com sua exterioridade, ensejando, assim, a contemplação da historicidade.

Em suma, as condições de produção determinam o contexto sócio-histórico dos discursos (cf. Orlandi, 1990, 2000). Fornecem ao discurso sua historicidade. A historicidade de um texto, em uma perspectiva discursiva, é a discursividade, sua determinação histórica, que não é contemplada como uma simples reprodução da exterioridade, mas é entendida como

inerente à materialidade linguística. Assim, a história, para uma abordagem discursiva, não é pensada como tempo cronológico e/ou representação do real, mas como práticas, que organizam as relações de poder e de sentidos. Entender o discurso como histórico é entender que este se produz em determinadas condições, criando um passado, uma memória, que se projeta para um futuro, mas também influencia novos acontecimentos.

2.1 As condições de produção para a emergência do peronismo

No que tange aos discursos que contribuem para a construção de uma memória coletiva que atravessa a nação argentina ao longo do século XX, podemos destacar a relevância do peronismo. Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX (1880-1916), a Argentina era dominada, em âmbito político e intelectual, por um pensamento liberal que a contemplava como a nação “do progresso e da ordem”. Tal discursividade, economicamente, se filia ao modelo capitalista agroexportador, que permitia a inserção do país no mercado internacional. Este período, que na historiografia é conhecido como “República Conservadora” ou “República Oligárquica” (cf. Perrig, 2017), caracterizou-se como um sistema sociopolítico que promoveu a concentração do poder nas mãos dos proprietários de terras, com baixa participação social, além de constantes fraudes eleitorais.

Em 1916, Hipólito Yrigoyen – fundador da *Unión Cívica Radical* (UCR), partido que mais tarde (a partir da segunda metade do séc. XX) se configuraria como principal opositor ao partido peronista – foi eleito presidente da Argentina, marcando a volta do pensamento nacionalista enquanto discurso que subjaz a identidade da nação. Em 1930, o governo de Yrigoyen, que exercia seu cargo de presidente pela segunda vez por meio do sufrágio universal, sofre um golpe militar dando início à fase entendida na historiografia argentina como “Década Infame” (cf. Barros, 2016; Fonseca e Haines, 2012; Poderti, 2012).

Este episódio assinala a introdução de uma série de ditaduras militares que se instalaram na Argentina ao longo do século XX. A Década Infame (1930-1943) remete a uma discursividade de caráter antidemocrático, com predomínio de fraudes eleitorais e corrupção generalizada, além de repressão política, que se reflete no fechamento da *Unión Cívica Radical*. Como atitude responsiva, um contragolpe militar eclode em 1943, conhecido como “Revolução de 1943” e pondo fim ao governo conservador de Ramón Castillo.

É interessante notar como os enunciados “Década Infame” e “Revolução de 1943”, apesar de constituírem golpes de Estado organizados militarmente, se imiscuem à memória discursiva argentina ao serem recriados pela historiografia por meio de formulações enunciativas que se vinculam a distintas formações discursivas, gerando, assim, efeitos de sentidos diferentes. A Década Infame se filia a uma formação discursiva antidemocrática e conservadora, salientando-se seus episódios de corrupção e de fraudes eleitorais, com a prevalência das oligarquias¹ no poder, que não abrem caminho para a mobilidade social.

¹ Uma oligarquia refere-se a um regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, que pertencem ao mesmo partido, classe ou família. Sendo assim, concerne à supremacia de um pequeno grupo no poder. De acordo com Shumway (2008), a formulação “oligarquia”, na Argentina, começa a ser empregada, em sentido depreciativo, para designar os portenhos ricos no período entre 1852-1880, época do florescimento do pensamento nacionalista argentino. Com a ascensão do Peronismo, em meados do séc. XX, tal formulação

Já a Revolução de 1943 se inscreve em uma rede discursiva que evoca mudanças e transgressões no *status quo*. Apesar de este movimento ser constituído por meio de um contragolpe, sendo assim, não estabelecido por vias democráticas, o significativo “revolução” quebra essa repetibilidade discursiva, filiando o sentido, não de maneira parafrástica a um outro governo de militares, mas sim deslocando-o para uma nova ideia de país, uma nova Argentina. Ainda que liderada por militares, a “revolução” de 1943 produz polissemicamente um movimento de ruptura com a memória dos governos militares dominados por oligarquias, avançando para um efeito de sentido que se vincula a movimentos de revolta contra um poder estabelecido, visando mudanças em âmbitos político, econômico, cultural e moral, se inscrevendo, assim, em uma discursividade de “revolução” enquanto “mudança”, a exemplo da Revolução Francesa. É do interior deste movimento que vai germinar a semente do peronismo.

Os militares que protagonizaram o golpe de Estado de 1943 se organizaram por meio de uma junta conhecida como GOU (Grupos de Oficiais Unidos) (cf. Glik, 2006; Poderti, 2012). Tratava-se de uma organização secreta, filiada ao discurso nacionalista, criada no âmbito do exército argentino, poucos meses antes do contragolpe. Os militares da “Década Infame” eram vistos pela vertente nacionalista como elitistas e *vendepatria* por conta da repercussão negativa dos acordos econômicos com o Reino Unido, que se beneficiava dos serviços essenciais argentinos, tais como ferrovias, redes de energia e exploração do petróleo (cf. Fonseca e Haines, 2012).

Além disso, os militares nacionalistas tinham interesse em manter a posição de neutralidade da Argentina no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma vez que tal postura propiciou um salto no processo de industrialização argentina. Nesta época, as exportações industriais, lideradas pelo setor têxtil, chegaram a superar o setor agropecuário. Como consequência, a classe proletária deu um salto considerável, deslocando a massa de trabalhadores para a área urbana de Buenos Aires, onde se concentrava a maioria dos estabelecimentos industriais. Com a expansão populacional desencadeada pela expressiva migração interna do campo para a cidade, acentuaram-se os conflitos sociais. As posturas de desprezo das oligarquias militares frente às reivindicações cada vez mais frequentes dos trabalhadores também contribuíram para fomentar o cenário de instabilidade e descrédito sociopolíticos do qual se beneficiaram os militares do contragolpe de 1943. É em meio a estas condições de produção que emerge a figura de Juan Domingo Perón, que se converterá no símbolo do peronismo.

Perón, então coronel, surge na cena política argentina quando assume o Departamento de Trabalho e Previdência em 1943, no governo militar de Pedro Pablo Ramírez (cf. Poderti, 2012). A partir daí o futuro presidente começou a estabelecer uma aliança com diversos grupos de sindicatos, cujas relações com os militares de governos anteriores eram sócio-historicamente tensas e conflitantes. Os sindicatos, desta forma, não gozavam de relevância política e institucional nos governos militares, que descumpriam frequentemente as leis trabalhistas e promoviam repressões.

Em seu curso como secretário de trabalho, Perón realizou notáveis medidas que favoreciam a classe trabalhadora, intervindo na aprovação de leis trabalhistas que desde há muito tempo vinham sendo reivindicadas pelo movimento dos *obreros argentinos*. O discurso trabalhista promovido por Perón pode ser materializado mediante certas práticas, tais como indenização generalizada por demissão, aposentadoria para empregados de comércio, esta-

se consolida a partir de um efeito de sentido que conduz a um sentimento antipopular, de “inimigos” do povo e da pátria.

tuto do trabalhador do campo, hospital policlínico para trabalhadores ferroviários, escolas técnicas para operários, bônus de natal (cf. Girbal-Blacha, 2015; Poderti, 2012) dentre outras medidas, que foram contornando uma espécie de “justiça trabalhista”, discurso que subjaz um projeto de política industrial que nortearia o peronismo anos depois.

Diante dessas medidas, Perón paulatinamente vai obtendo protagonismo e construindo carisma junto à classe trabalhadora e sindical. Os militares, por sua vez, começaram a ficar preocupados com a política laboral *pró-obrera* de Perón e com o avanço sindical no governo. Estavam lançadas, assim, as sementes do discurso peronista, que delineavam um nacionalismo trabalhista e econômico. Este discurso de nacionalismo popular, fundamentado na democracia, começava a entrar em tensão com o discurso nacionalista vigente, que era elitista e antidemocrático, representado pela ditadura militar de Ramírez.

Com a renúncia de Ramírez, assume seu vice, Eldemiro Farrell, que tinha estreitas relações com Perón. Em 1944, além do cargo de secretário do trabalho, Perón também foi designado vice-presidente de Farrell. A partir disso, a ala do nacionalismo popular foi alcançando espaço no governo, opondo-se cada vez mais ao nacionalismo elitista, sustentado pelo setor conservador, configurando assim o racha interno que havia se produzido entre os militares. Este racha discursivo já vislumbrava o nascimento do peronismo, bem como do antiperonismo, representado principalmente pelas classes alta e média portenhas, tendo grande apoio dos EUA. Logrando um considerável apoio por parte de setores sindicalistas e da classe operária, que se ampliava constantemente por conta da industrialização pela qual passava a Argentina, o peronismo se alicerçava nos discursos do nacionalismo trabalhista e da transformação social e econômica, por meio da formulação enunciativa *justicia social*.

Em outubro de 1945, Perón foi preso e destituído de seu cargo por um golpe civil e militar, conduzido por líderes antiperonistas, provocando uma crise no governo. Em 17 de outubro de 1945 – data recriada na historiografia argentina do discurso peronista como “Dia da Lealdade Popular” (cf. Ferreyra, 2013; Poderti, 2005, 2012) – uma mobilização popular formada por sindicalistas e operários, principalmente trabalhadores das classes mais baixas provenientes das zonas industriais, ocupou as ruas de Buenos Aires exigindo a liberdade de Perón. Diante da pressão, Perón foi solto e discursou para a multidão a partir da sacada da Casa Rosada. Este episódio é considerado discursivamente como o ato inaugural do movimento peronista. Meses depois, em fevereiro de 1946, Perón vence as eleições presidenciais por meio do voto popular dando início à temporada oficialista do peronismo.

2.2 As condições de produção para a emergência do varguismo

Em comparação ao que foi o peronismo para a Argentina, o varguismo se constitui como um importante discurso que atravessa a nação brasileira em meados do século XX. Tanto o peronismo quanto o varguismo ofertam um novo projeto nacional, transformando profundamente o cenário social, cultural, político e econômico de seus países. No que tange à proximidade entre esses contextos históricos, podemos destacar a filiação a discursividades trabalhistas, promovendo uma modernização por via autoritária. O desenvolvimento desses populismos, entretanto, deslizam para distintos efeitos de sentido, visto que o peronismo se inscreve nas discursividades da militância sociopolítica, ao passo que o varguismo se vincula a uma política conciliatória de classes. Passemos à efetiva abordagem do varguismo.

Com a instalação da República no Brasil, o republicanismo se tornou um discurso de forte proliferação, atravessando as mais distintas vertentes políticas. Mas quais efeitos de sentido a noção de “República” adquire no início do século XX? Pensar o contexto sociopolítico da chamada Primeira República (1889-1930) nos permitirá refletir acerca das condições de produção que possibilitaram a emergência do varguismo, a partir da década de 30.

Com o advento da Proclamação, o Brasil inaugura a república, porém, este sistema ainda estava bastante atravessado por discursividades que remetiam ao Império, tais como desintegração socioeconômica entre as regiões do país, baixa mobilidade social e centralização nas principais regiões econômicas, que formavam as oligarquias que concentravam o poder político sobre as demais. Tais oligarquias eram formadas por representantes do setor agrário, tais como fazendeiros, proprietários de terra e latifundiários, que eram responsáveis pela produção agroexportadora, bem como produção interna e sustentavam a economia da nação.

As oligarquias das principais províncias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – se filiavam ao discurso da “República federativa”, que estipulava um certo nível de autonomia às unidades regionais. No entanto, se vinculavam a distintas vertentes políticas. Os paulistas e mineiros se vinculavam a uma discursividade liberal, cujos princípios se pautam em uma democracia representativa, em que os cidadãos são representados pelo Estado, através de um presidente eleito pelo Congresso (cf. Fausto, 2015 [2006]).

Já os gaúchos se alinhavam às correntes do pensamento positivista, que defendia um Estado forte, intervencionista e de inclinação ditatorial enquanto regime republicano. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a partir de 1930, seu discurso nacionalista seria fortemente perpassado pelo positivismo. Outro grupo adepto dessa filosofia eram os militares do exército. Contrários ao liberalismo, advogavam em favor de um regime ditatorial, calcado na centralização política como forma de república. A partir dessa conjuntura, estruturada em cortes discursivos descontínuos, que nutriam hostilidades mútuas, configurou-se um panorama cada vez mais crescente de instabilidades e cisões sociopolíticas.

Assim, após um breve período ocupando a presidência – etapa em que a historiografia entende como “Governo provisório” logo após a Proclamação – os militares do exército, em suas tentativas de golpe de Estado e centralização, acabaram perdendo força para as elites políticas liberais, sobretudo a paulista, que desempenhava um protagonismo econômico dominante na cena política. A partir da ascensão política das elites liberais, inicia-se a fase na historiografia conhecida como “República Liberal”, “República Oligárquica”, “República do café com leite” ou “República dos coronéis” (cf. Fausto, 2015 [2006]). Tais enunciados materializam os principais discursos que atravessam dito período. Podemos compreender que durante esta fase o poder estava destacadamente concentrado nas mãos das oligarquias paulistas, que despontavam como importante centro econômico devido à agroexportação cafeeira e à industrialização crescente.

O discurso liberal que atravessa a Constituição de 1891, estabelecendo o sufrágio universal no âmbito jurídico, se materializa mediante o sistema oligárquico, que concentra o poder, favorecendo à situação de alienação da massa populacional em relação ao cenário político. Além do voto não ser obrigatório (lembrando que não votavam menores de 21 anos, tampouco mulheres ou analfabetos), a maioria da população era alheia à vida política, entendendo as eleições enquanto estratégia de um discurso oligárquico pautado no mecanismo da “troca de favores”. Assim, somadas às fraudes eleitorais, vigoravam as práticas do coronelismo e do clientelismo, tanto em âmbito urbano quanto rural. Essas discursividades se anco-

ravam no contexto de desigualdade e baixa mobilidade sociais, que se refletiam na escassez e inexistência de serviços assistencialistas do Estado, bem como oportunidades de ascensão social, cenário que se estendia desde a época monárquica.

O enunciado “República do café com leite” materializa a aliança composta entre as oligarquias paulista e mineira, expressas por meio do PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRM (Partido Republicano Mineiro), que se revezavam na presidência, dominando o cenário político e garantindo uma relativa estabilidade.

A partir das primeiras décadas do século XX, diversos fatores começam a evidenciar o colapso da hegemonia das oligarquias paulistas. Com o advento da industrialização, a urbanização deu um salto significativo e a estrutura social se diversificou, dando ensejo a uma expansão da classe média urbana. Desta forma, os centros urbanos começaram a concentrar a classe operária, com a ampliação do mercado de trabalho e do mercado consumidor. Com a irrupção da Revolução Russa, em 1917, o cenário mundial se modificou e as classes operárias, agora mais organizadas, foram influenciadas decisivamente, filiando-se às discursividades da “Revolução Social”. Com isso, estouraram diversas greves em São Paulo e no Rio de Janeiro, com uma intensificação da sindicalização.

Os operários começaram a reivindicar direitos essenciais. Em 1922, no bojo da onda de reivindicação social, surge o PCB (Partido Comunista Brasileiro) contribuindo também para a incitação da organização operária. Ainda no mesmo ano, surge o movimento dos “tenentistas”, que ficou conhecido por ter sido composto por oficiais de nível intermediário do exército (tenentes em sua maioria e capitães). Insatisfeitos com as elites liberais e a perda de prestígio dos militares durante a República Oligárquica, os oficiais se rebelaram contra o governo federal. O movimento tenentista, que se reuniu em diversos episódios de insurreição contra as elites dominantes ao longo da década de 1920, serviu para reforçar o estímulo do sentimento de rechaço em direção às oligarquias estaduais, sentimento que estava se tornando cada vez mais recorrente entre diversos setores sociais.

Em fins da década de 1920, o sentimento antipaulista foi a discursividade comum que uniu diversos setores da sociedade resultando na chamada “Revolução de 1930”. A recusa de São Paulo em lançar a candidatura de um mineiro, na sucessão para presidência da República, insistindo em sua perpetuação no poder e quebrando assim a política do “café com leite”, fez com que mineiros se aproximassem dos gaúchos, organizando uma oposição contra a hegemonia da elite paulista. O próprio Partido Republicano Paulista, em seu estado, perdeu seu monopólio quando seus dissidentes formaram uma frente de oposição, o Partido Democrático (PD). Nesta configuração, emerge na cena política Getúlio Vargas, demonstrando a capacidade conciliatória que marcaria seus governos. Diante das cisões que acometiam cada vez mais as elites paulistas, isolando o Partido Republicano Paulista e o enfraquecendo politicamente, Vargas, então governador por seu estado, Rio Grande do Sul, incentivou uma aliança entre o Partido Republicano Gaúcho, de tendência positivista e o Partido Libertador, que reunia os gaúchos de vertente liberal.

Em março de 1930, ocorre mais uma vitória eleitoral do candidato da elite tradicional paulista, por meio de práticas políticas marcadas por fraudes eleitorais e clientelismo. Após um ano de forte organização e mobilização sociais, em outubro, eclode a chamada “Revolução de 1930”, liderada pelas oligarquias do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, contando também com o apoio de vários estados do Nordeste, além da forte presença de militares do exér-

cito. O confronto termina com a posse de Getúlio Vargas como presidente, em novembro de 1930, demonstrando ao país o poderio da oligarquia sulista apoiada por militares do exército.

É importante notar a composição enunciativamente heterogênea que constitui a “Revolução de 1930”. A oposição ao governo federal era formada por oligarquias de diversos estados, que lutavam por seus interesses e contra a hegemonia paulista; havia políticos mais jovens, alimentados pelos ideais de mudança e revolução, que desejavam reformular a política e aliaram-se então com os tenentistas; também participaram os próprios tenentistas, representantes do exército, de tendência antiliberal, que defendiam a centralização do poder e o fortalecimento do Estado; e, por fim, fez parte do movimento o Partido Democrático, cujos componentes eram dissidentes do Partido Republicano Paulista, ancorados no liberalismo enquanto visão política. A discursividade que atravessava a todos unificando-os era o rechaço em direção às elites paulistas tradicionais.

Apesar do significante “Revolução”, podemos observar que “A Revolução de 1930”, enunciado que materializa o início do varguismo na historiografia brasileira, não estabelece uma mudança no *status quo*, isto é, não houve uma ruptura discursiva com a forma de governo, ou seja, a República Oligárquica, uma vez que houve a derrubada de uma oligarquia dominante (São Paulo) por outra (Rio Grande do Sul). Podemos entender que o processo de rompimento discursivo se daria paulatinamente ao longo da gestação do varguismo, que foi deslizando o sentido de “República Oligárquica”, ao filia-la a uma rede discursiva mais nacionalista e provocando assim um corte e uma descontinuidade em relação à discursividade tradicional liberal.

Além disso, também podemos salientar que a própria discursividade do liberalismo, em seu aspecto político, em relação às democracias liberais norte-americana e europeias, das quais ela se origina, em suas versões latino-americanas (como no caso da Argentina e do Brasil), sofre um profundo processo polissêmico de deslocamento discursivo, uma vez que o discurso liberal, que estipula o sufrágio universal, a federalização dos estados, com relativa autonomia e o poder presidencial realizado junto ao Congresso, dentre outros princípios, nas incipientes democracias latino-americanas, por sua vez, se convertiam em práticas discursivas naturalizadas pelo clientelismo, por fraudes eleitorais, bem como pelo elitismo e pela concentração de poder, a exemplo das oligarquias dominantes na virada do século XIX para XX, no contexto argentino e brasileiro. Deste modo, apesar da aparência discursiva de “democracia” os regimes liberais implantados nas nações latino-americanas foram, na maioria das vezes, tão ditatoriais quanto os chamados golpes de Estado de vertente nacionalista.

A partir de 1930, a nova oligarquia no poder assume um tom antiliberal economicamente, desempenhando uma política autoritária e centralizadora, conformando, assim, um nacionalismo que se volta para a promoção do capitalismo industrial, por meio de uma aliança entre as Forças Armadas, a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana.

3 Análises discursivas

3.1 Formas de materialização do discurso peronista

Entre 1946 a 1955, Juan Domingo Perón preside a Argentina. Neste período há uma intensa proliferação discursiva do peronismo, que se (di)funde nas esferas política, intelectual, econômica, social, familiar, educacional, moral, religiosa, monitorando assim a vida pública e privada na Argentina.

O discurso peronista se apropria do discurso populista, enquanto modo de construir o político (cf. Laclau [2005], 2013). De acordo com o pensamento laclauniano, o populismo se organiza em torno de um corte, isto é, um ponto de ruptura com o sistema. Assim, o populismo coloca em circulação a instalação de uma “fronteira antagonista”, que separa o povo do poder. A categoria “povo” no discurso populista é sempre uma construção discursiva, visto que não pode ser entendida enquanto uma categoria estática, possível de ser medida em termos econômicos e/ou sociológicos. O povo, desta forma, só pode emergir a partir da identificação de um “inimigo”, que instaura a divisão social. A demanda social é entendida como a unidade mínima a ser considerada a fim de que exista a experiência populista. Pode ser pensada como uma reivindicação. É por meio da articulação das demandas que a categoria povo emerge. Nesta articulação, uma demanda particular assume o papel de demanda hegemônica, passando a representar, desta maneira, o discurso popular. Em suma, temos, assim, o embrião de uma configuração populista quando há: (a) a constituição de uma fronteira antagônica, que promove uma divisão entre “o povo” e o “seu inimigo”; e (b) a articulação equivalente de demandas, que propicia o surgimento do povo.

Esta fronteira antagônica se materializa no discurso populista através do estabelecimento de polaridades e dicotomias. O enunciado “trabalhador argentino” é ressignificado dentro do discurso peronista, adquirindo um efeito de sentido que rompe com o discurso institucional vigente, anterior ao peronismo. A classe de trabalhadores, provenientes das áreas periféricas da cidade, que ocuparam as ruas de Buenos Aires exigindo a libertação de Perón, foi definida pela oposição peronista, sobretudo de inclinação liberal, mediante formulações pejorativas, tais como *negros*, *grasas*, *descamisados*, *cabecitas negras* e *aluvión zoológico*.

Posteriormente, o peronismo, em sua gênese discursiva, se apropria de tais termos (principalmente *descamisados* e *grasas*, que é acionado e deslocado em sua forma diminutiva, *grasitas*, nos discursos de Eva Perón) quebrando essa repetibilidade parafrástica que filia tais formulações a uma rede de sentido que se associa à “barbárie e selvageria” das classes mais humildes. Este efeito de sentido se vincula à formação discursiva que opõe “civilização *versus* barbárie”, a qual atravessa discursos liberais e se vincula ao projeto da nação argentina no séc. XIX. Ao provocar um deslizamento de sentido, o peronismo promove uma ruptura polissêmica, inscrevendo tais significantes em uma rede discursiva nacionalista, que alude ao “povo argentino”, “aos trabalhadores humildes”, aos “servidores da Pátria”, na construção de um discurso populista que valoriza e centraliza o trabalhador, que até então não desempenhava protagonismo no discurso sociopolítico argentino.

A produção de dicotomias e polaridades (tais como justos vs. corruptos, povo vs. oligarquia, nacionalistas vs. traidores da nação etc.) perpassa o discurso do peronismo, sempre demarcando um ponto de ruptura discursiva entre o governo peronista e os anteriores. A formulação enunciativa “Nueva Argentina” funciona como uma atitude responsiva de rompimento e descontinuidade em relação à Argentina Oligárquica, que se identifica com os governos conservadores e liberais, anteriores a Perón.

A difusão do peronismo se dá através da produção de muitos materiais, tais como revistas, manuais escritos, textos oficiais e jurídicos, livros didáticos, a biografia de Eva Perón (*La razón de mi vida*), a Constituição de 1949 etc., além dos discursos radiofônicos proferidos por Perón e Eva. A seguir, ofertamos, a título de análise, algumas sequências discursivas² extraídas da revista *Mundo Peronista*,³ uma publicação quinzenal, a partir da década de 1950, nas quais podemos observar o atravessamento do discurso peronista por um discurso populista. Vejamos os seguintes fragmentos:

(SD1): **La oligarquía**, que no nos perdonará jamás que hayamos devuelto **al pueblo** su Patria y su dignidad, no se resigna a perder definitivamente todo lo que tuvo; e intentará por **el engaño** conseguir lo que no puede alcanzar por sus propias fuerzas (Discurso de Eva Perón na coluna *Escribe Eva Perón*, Revista Mundo Peronista, nº 1, p.5, Julho de 1951 – *grifos nossos*).

(SD2): A cada **mentira** debemos responder con **la verdad de Perón**; en cualquier parte y de cualquier manera. **La verdad de Perón** es nuestra fuerza y es nuestra bandera; y contra ella nada podrán **los enemigos de la Patria**. No nos olvidaremos nunca – y lo recordaremos cada vez que se nos presente la ocasión – que todos los que están en contra de Perón han sido también, alguna vez, y siguen siendo, **aliados de los enemigos del país**. Por eso, frente a ellos nos basta oponer **la verdad de Perón**, que es **la verdad del Pueblo y la verdad de la Patria** (Discurso de Eva Perón, na coluna *Escribe Eva Perón*, Revista Mundo Peronista, nº 1, p.5, Julho de 1951 – *grifos nossos*).

(SD3): (...) Por eso no quieren que vuelva **la oligarquía** de los que vendieron la Patria. Saben también que **la oligarquía**, que **los medriocres**, que **los vendepatria** todavía no están derrotados y que desde suas guaridas atentan contra **la nacionalidad**. Pero nuestra oligarquía, que siempre se vendió por cuatro monedas, no cuenta en esta época con que **el pueblo** está de pie, y que el pueblo argentino está formado por hombres y mujeres dignos capaces de morir para terminar de una vez por todas con **los vendepatria** y con **los entre-guistas** (Discurso de Perón e Eva, Revista Mundo Peronista, nº 4, p.28, Setembro de 1951 – *grifos nossos*).

(SD4): Los trabajadores, los ancianos, los niños: su corazón
Yo no soy más que más que una mujer del pueblo argentino, una **descamisada** de la Patria, pero una descamisada de corazón, porque siempre **he querido confundirme con los trabajadores**, con **los ancianos**, con **los niños**, con los que sufren, trabajando codo a codo, corazón a corazón con ellos para lograr que lo quieran más a Perón y para ser un puente de paz entre el general Perón y **los descamisados de la Patria** (Discurso de Eva Perón, Revista Mundo Peronista, nº 4, p.29-30, Setembro de 1951).

(SD5): Era la fiesta de un pueblo, que se reunía en la Capital Federal, procedente de todos los lugares de la Patria. Y era la fiesta, porque ese pueblo refirmaría su voluntad. Y porque su voluntad era que el general Perón y Eva Perón gobiernen al Pueblo Argentino (Revista Mundo Peronista, nº 4, p.30, Setembro de 1951).

(SD6): Vicios de la Oligarquía: Egoísmo / Vanidad / Ambición / Orgullo;
Virtudes del Pueblo: Generosidad / Sinceridad / Desinterés / Humildad (Revista Mundo Peronista, nº 5, p.48, Setembro de 1951).

² Compreendemos a concepção de sequência discursiva enquanto uma materialidade linguístico-histórica, que, assim, se assenta em uma conjuntura sócio-histórica definida. Na AD, tais sequências discursivas são designadas em conformidade com as condições de produção do discurso. Segundo Courtine (2016) dita noção se caracteriza como um instrumento metodológico em relação ao *corpus* investigado.

³ Diversas edições desta revista podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico <<https://www.upcndigital.org/micrositios/CIPER/ciper2/politics/mp.html>> Acesso em 30 dez. 2023.

Nestas sequências discursivas, podemos observar a materialização do discurso polarizado e dicotômico em que se fundamenta o populismo peronista. O discurso se alicerça em cadeias enunciativas que se opõem, provocando uma descontinuidade, um corte discursivo, que podem ser expressas pelos pares: povo x oligarquia; verdade x mentira; Perón x inimigos da pátria, isto é, os “*vendepatria*” e entreguistas; e, por fim, a verdade de Perón x a mentira dos inimigos, conforme podemos visualizar nas SD1, SD2 e SD3.

Na SD2, além da relação de oposição, há também uma relação de identificação e representação: Perón é significado como o representante da “verdade do povo”, portanto, Perón se confunde com a própria pátria. As SD3, SD4 e SD5 aludem ao discurso proferido por Eva e Perón no *cabildo* (conselho aberto) do Partido Justicialista, em Buenos Aires, na data de 22/08/1951, ocasião em que discursaram publicamente para milhões de argentinos, no contexto de reeleição do presidente Perón tendo Eva como vice.

Na SD4, Eva não apenas se identifica como uma “*descamisada*” – significante que atravessa o discurso peronista aludindo aos trabalhadores mais humildes – mas também com os “*ancianos*”, “*niños*” e “*con los que sufren*”, se colocando como uma intermediária – *un puente de paz* – entre Perón e os “*descamisados de la patria*”. Neste sentido, podemos notar a lógica do fenômeno populista em que a figura do líder retrospectivamente constitui (e é constituída) pela figura do povo.

Já a SD5 refere-se a uma legenda que aparece em meio a variadas imagens de pessoas que acompanham o discurso dos líderes na *Plaza de Mayo*. Este encontro é significado, não como uma campanha presidencial para a reeleição do presidente e da primeira-dama como vice, mas como uma “*fiesta del pueblo*”, assumindo Perón e Eva o papel de representantes do povo, que, portanto, cumprem a “vontade popular”.

Por fim, a SD6, por meio de um organograma, explicita a polaridade que atravessa constantemente o discurso peronista, contrapondo as cadeias discursivas encabeçadas pelos significantes “oligarquia” e “povo”. A oligarquia possui “*vicios*”, tais como *egoísmo*, *vanidad*, *ambición* e *orgullo*, recriados sempre de maneira negativa, tidos como os “inimigos”, os “adversários” e os *vendepatrias*, relacionando-se aos antiperonistas e governos militares, sobretudo liberais, anteriores a Perón. Já o povo possui “*virtudes*”, tais como *generosidad*, *sinceridad*, *desinterés* e *humildad*. O povo alude aos “cidadãos e trabalhadores humildes”, representantes da “Nova Argentina”, que é a Argentina a serviço da “justiça social”, da “soberania política” e da “independência econômica”, enunciados que costumam materializar o discurso peronista.

O discurso peronista não se volta apenas para a figura do “trabalhador argentino”, mas também se estende para sua família e educação dos seus filhos. Examinemos a SD subsequente que apresenta fragmentos da Constitución de 1949⁴ legislando acerca da educação:

(SD7): IV. De la educación y la cultura

⁴ Disponível em < <http://www.bibliotecadigital.gob.ar/items/show/1571>>. Acesso em 30 dez. 2023.

La educación y la instrucción corresponden a **la familia** y a **los establecimientos particulares y oficiales** que colaboren con ella, conforme a lo que establezcan las leyes. Para ese fin, el Estado creará escuelas de primera enseñanza, secundaria, técnico-profesionales, universidades y academias.

1. La enseñanza tenderá al desarrollo del vigor físico de los jóvenes, al perfeccionamiento de sus facultades intelectuales y de sus potencias sociales, a su **capacitación profesional**, así como a la formación del **carácter** y el cultivo integral de todas las **virtudes** personales, **familiares** y **cívicas**.

2. **La enseñanza primaria elemental es obligatoria** y será **gratuita** en las escuelas del Estado. La enseñanza primaria en las escuelas rurales tenderá a inculcar en el niño el amor a la vida del campo, a orientarlo hacia la capacitación profesional en las faenas rurales y a formar **la mujer para las tareas domésticas campesinas**. El Estado creará, con ese fin, los institutos necesarios para preparar un magisterio especializado (Argentina, 1949 – *grifos nossos*).

Por meio dos trechos expostos, percebemos que o governo Perón estipula que a educação seria incumbência tanto da família quanto das instituições escolares do âmbito privado e público desde que estejam em conformidade às leis. Além disso, ressalta-se a obrigatoriedade do ensino primário, medida que se enlaça ao objetivo de formação técnica da classe operária e, conseqüentemente, ao fomento do capitalismo industrial argentino. Neste sentido, há um destaque para a figura do jovem, que, enquanto engrenagem fundamental para o abastecimento do capitalismo industrial na qualidade de mão-de-obra, é pensado, sobretudo, como corpo politicamente dócil e economicamente útil, uma vez que, dentre as funções do ensino, está a de promover tanto a capacidade profissional, quanto a formação do caráter que devem se articular também às virtudes “familiares y cívicas” (patrióticas). Deste modo, através da educação escolar das crianças e dos jovens, o discurso peronista propaga determinados valores ligados à moralidade burguesa da família tradicional, tal como, o binarismo do gênero, demarcando a diferença entre os papéis de cada ente familiar, reforçando a função do pai como o chefe, provedor do sustento e autoridade do lar (cf. Gutierrez, 2002).

Apesar de a figura da mulher ser retratada como aquela que conquistou uma vida pública e uma vida política, destacada discursivamente na imagem de Evita, constituindo-se como trabalhadora e cidadã, sobretudo pela conquista do sufrágio universal feminino em 1947, no texto jurídico peronista, como podemos visualizar na SD7, a partir do enunciado “La enseñanza primaria (...) tenderá a (...) formar la mujer para las tareas domésticas campesinas”, a mulher é pensada, antes de tudo, como mãe e mantenedora do lar, responsável pela preservação da família e educação dos filhos, submissa ao marido. A própria fala de Eva Perón, conforme transcrita na SD4, corrobora esse efeito de sentido de submissão feminina quando a própria se constrói apenas como “un puente de paz” entre “el general Perón” e “los descamisados de la Patria”.

O peronismo veiculava o seguinte enunciado: “En la Nueva Argentina, los únicos privilegiados son los niños”, que compunha as chamadas 20 *Verdades del Justicialismo Peronista*. Trata-se de um documento, divulgado em muitos materiais produzidos pelos meios oficialistas, que estabeleciam os dogmas da doutrina peronista. O peronismo, assim, constrói enunciados em direção à infância, promovendo o discurso de “uma infância sem carências” através de práticas assistencialistas, contribuindo para a formação de uma memória argentina que rompe com os governos anteriores alheios à promoção da educação das classes trabalhadoras. Deste modo, o governo peronista executa algumas medidas, tais como fornecimento de habitação, assistência social e proteção integral da família, políticas especialmente direcionadas aos trabalhadores de baixa renda.

Sendo assim, a Constituição de 1949 – que a oposição peronista contemplava como uma estratégia para conseguir a reeleição de Perón – materializa muitos desses discursos relacionados à difusão de valores morais da família burguesa. Na nova constituição, além de se legislar acerca de direitos trabalhistas, a instituição família também ocupava um *status* jurídico. Analisemos a SD seguinte extraída de tal documento no tocante a este debate:

(SD8): II. De la familia
La familia, como núcleo primario y fundamental de la sociedad, será objeto de preferente protección por parte del Estado , el que reconoce sus derechos en lo que respecta a su constitución, defensa y cumplimiento de sus fines.
1. El Estado protege el matrimonio , garantiza la igualdad jurídica de los cónyuges y la patria potestad.
2. El Estado formará la unidad económica familiar , de conformidad con lo que una ley especial establezca (Argentina, 1949 – <i>grifos nossos</i>).

De acordo com a SD8, a família, entendida como a constituída mediante matrimônio, se baseia na igualdade moral dos cônjuges e é vista como o desenvolvimento das funções vitais para a continuação da espécie e da população sã e forte da Pátria. A família deve ainda ter uma dignidade econômica compatível com sua hierarquia social. Assim, apesar da aparente renovação discursiva que a inclusão da família parecia protagonizar no discurso da “Nova Argentina”, a instituição estava assegurada por valores destacadamente tão conservadores quanto os vigentes na Argentina Oligárquica, que promoviam, assim, o reforço de dicotomias na sociedade, uma vez que recorriam ao conceito de hierarquias sociais, além de salientar diferenças entre famílias formadas via matrimônio e as não formadas.

Deste modo, a instituição família se comporta como peça-chave da política nacionalista do peronismo. O discurso capitalista do “bem-estar social” se apropria do discurso da família burguesa para sua instalação. A família do trabalhador é focalizada para incutir-lhe valores cristãos e moralizantes, valores burgueses, destinados à promoção do trabalho, à formação da mão de obra tecnicista e ao “bem-estar social” da nação argentina, o que significava fomentar a Argentina industrializada, em processo de modernização e que aspirava à independência econômica, a partir do abastecimento do seu mercado consumidor.

O discurso peronista, por meio de seu processo de doutrinação desde a infância, visava transformar a massa de argentinos em um povo, um povo trabalhador, cujos corpos são dóceis (politicamente) e úteis (economicamente), ou seja, para que “los niños sean hombres de bien y trabajadores fuertes de la mañana” (Girbal-Blacha, 2015, p.141). Enunciados, tais como “No existe para el peronismo más que una sola clase de hombres: los que trabajan” e “En la Nueva Argentina el trabajo es un derecho que crea la dignidad del hombre, y es un deber, porque es justo que cada uno produzca por lo menos lo que consume” (Revista Mundo Peronista, nº 1, p.11, Julho de 1951), encontrados no manual dogmático *Las Veinte Verdades Peronistas*, filiam o discurso peronista a formações ideológicas burguesas, capitalistas e religiosas que exaltam a importância moral e cristã do trabalho.

O populismo peronista provoca, assim, identificações simbólicas nas subjetividades argentinas por meio de discursos sobre o trabalho, a família e a educação, carregados de uma linguagem fortemente apelativa, sedutora, emocional e afetiva, comportando-se

como uma forma política de biopoder:⁵ o poder sobre a vida. No entanto, a discursividade peronista, embora se apresente em meio a um movimento de ruptura discursiva em relação à Argentina Oligárquica, movimento este que se materializa por meio da formulação “Nova Argentina”, não desafia efetivamente o *status quo* e as estruturas de poder arraigadas, isto é, não há espaço para a revolução da sociedade de classes, uma vez que as hierarquias sociais continuam solidificadas. O peronismo, dessa forma, é atravessado pelo discurso da nova ordem, assegurando ao trabalhador uma elevação relativa de suas condições básicas, necessárias à sua sobrevivência e bem-estar, para que este funcione enquanto mão de obra fundamental que sustenta a nação industrial.

3.2 Formas de materialização do discurso varguista

A Era Vargas (1930-1945) é dividida, de acordo com a historiografia, em três momentos sócio-históricos, que se materializam, por exemplo, mediante os seguintes enunciados: “Governo provisório”, que se inaugura logo após o golpe de 1930, com a ascensão de Vargas, pela oligarquia do Rio Grande do Sul, ao poder; “Governo constitucional”, a partir de 1934, em que Vargas é eleito presidente pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte, logrando uma relativa estabilidade, e, por fim, o “Estado Novo”, uma ditadura que se inicia a partir de um novo golpe de Estado em 1937 durando até 1945 e se configurando como um período relevante em que se deu uma forte promoção da política nacionalista varguista em direção ao desenvolvimento econômico por meio do capitalismo industrial. Vargas ainda retornaria ao poder a partir de 1951, através do voto popular, permanecendo até 1954, ocasião de sua morte.

O varguismo inicia seu processo de ruptura discursiva com os governos anteriores a 1930 ao filiar a figura do trabalhador ao seu discurso político, que vai delineando uma política nacionalista. O ato inaugural desse discurso trabalhista se materializa por meio da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930. A partir daí, seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, com amparo dos sindicatos. Observemos a sequência discursiva seguinte que ilustra um trecho desta política trabalhista materializada na Constituição de 1934:⁶

⁵ O político em Foucault não é encarado apenas enquanto uma dimensão ligada diretamente a uma luta de classes, calcada em dominante e dominados, a partir de um poder centralizado exclusivamente pelo Estado. A política, em termos foucaultianos, configura-se como uma dimensão própria que gerencia e organiza a vida: a política do biopoder (cf. Foucault, 2013 [1976]), que é fabricadora de determinadas formas de subjetividades. Foucault rejeita o caráter polarizado da constituição do político no marxismo althusseriano e propõe uma noção de política mais complexa e crítica, em que esta não estaria direta e tão-somente ligada ao poder possuído pelo Estado. O Estado seria uma das formas de exercício do poder, distribuído descontinuamente, em todas as direções, ao longo do corpo social, inclusive no interior das classes. Foucault entende o poder como uma prática social constituída historicamente.

⁶ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 30 dez. 2023.

(SD1): Art 120 - Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei.

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a **proteção social** do trabalhador e os **interesses econômicos do País**.

§ 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem **melhorar as condições** do trabalhador:

- a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;
- b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às **necessidades normais** do trabalhador;
- c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei;
- d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres;
- e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos;
- f) férias anuais remuneradas; (Brasil, 1934 – *grifos nossos*)

No fragmento exposto, podemos perceber que a Constituição de 1934 determina direitos basilares do trabalhador, tais como concessão de férias, limites de oito horas da jornada normal de trabalho, além de regular o trabalho das mulheres e de menores, ofertando um protagonismo à classe trabalhadora jamais contemplada na República Velha. Tais enunciados se vinculam ao discurso da industrialização, amplamente difundido no governo Vargas. Os enunciados destacados na SD1, tais como “proteção social”, “melhorar as condições” e “necessidades normais”, todos endereçados ao significante “trabalhador”, qualificando-o, se destinam a criar uma atmosfera de “bem-estar social” da classe operária, ao mesmo tempo doutrinando-a por meio de uma política nacionalista e coercitiva, uma vez que esta classe se configura como mão de obra produtiva, bem como público consumidor do capitalismo industrial, discurso que se materializa por meio da formulação “interesses econômicos do País”. Apesar do reconhecimento dos sindicatos, conforme exibido na SD1, estes só podiam funcionar legalmente a partir da aprovação do governo.

A renovação discursiva desencadeada pelo varguismo também se reflete em direção à educação. O discurso varguista se apropria do discurso educacional materializando-o juridicamente. Observemos outra SD a seguir extraída da Constituição de 1934:

(SD2): Art 149 - **A educação é direito de todos** e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite **eficientes** fatores da vida **moral e econômica** da **Nação**, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da **solidariedade humana** (Brasil, 1934 – *grifos nossos*).

Na SD2, podemos notar que a educação, que aparece pela primeira vez como “um direito de todos”, vinculando-se a um discurso de democratização social e rompendo discursivamente com a educação segregadora e elitista da Primeira República e da época monárquica, está diretamente inscrita nas discursividades da burguesia e do capitalismo industrial, tal qual observamos no texto jurídico argentino, o que se materializa mediante as formulações “moral” e “econômica”. Sendo assim, a educação deve produzir corpos dóceis politicamente, o que significa formar sujeitos adestrados e moralizados de acordo com os preceitos da vida burguesa, calcados na Igreja e na família tradicional e corpos úteis economicamente,

para que funcionem de maneira “eficiente” dentro da “Nação”. O enunciado “solidariedade humana” se filia ainda ao discurso positivista, filosofia amplamente propagada no varguismo, na edificação de seu nacionalismo, defendendo uma ideia de solidariedade do ser humano em favor da coletividade, a fim de que se promova “a ordem e o progresso”. O positivismo, assim, se inscreve na rede discursiva da industrialização capitalista.

Neste ambiente discursivo, destacam-se ainda movimentos que divergiam quanto aos postulados da educação nacional. Essas correntes, que vinham se delineando desde a década de 1920, ganharam ressonância na era Vargas e eram formadas por duas tendências: de um lado os católicos e de outro os reformadores liberais. Os católicos conservadores defendiam o ensino religioso nas escolas, a separação por sexo, reforçando o binarismo de gênero, além de centralizarem a família como responsável pela educação.

Já os reformadores liberais eram adeptos da Escola Nova, corrente filosófica em voga nos Estados Unidos e na Europa ao longo do séc. XX, que pensava a reforma educacional nos moldes do capitalismo industrial. Argumentavam em favor da laicidade do ensino, bem como sua gratuidade, com a responsabilidade pública pela educação e a não separação entre os sexos (cf. Andreotti, 2006; Fausto, 2006; Souza, 2016). Examinemos a sequência discursiva subsequente que mostra fragmentos da Constituição de 1934 no que diz respeito a esta discussão:

(SD3): Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral **gratuito** e de frequência **obrigatória** extensivo aos adultos;
- b) **tendência à gratuidade** do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais **acessível**;

Art 153 - **O ensino religioso será de frequência facultativa** e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (Brasil, 1934 – *grifos nossos*).

Diante desse cenário de polarização discursiva no âmbito educacional, o governo Vargas promove um discurso conciliatório, legislando em prol do ensino gratuito e obrigatório, com vistas a torná-lo “mais acessível”, em consonância com a nova ordem capitalista industrial, e, simultaneamente, permitindo o ensino religioso nas escolas, ainda que em caráter facultativo, mobilizando assim o discurso cristão na construção de seu discurso nacionalista. Essa discursividade de conciliação que atravessa o discurso varguista se materializa ainda no enunciado “A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela **família** e pelos **Poderes Públicos**”, na SD2 (grifos nossos), em que podemos notar uma tentativa de conciliar as duas tendências discursivas, ao legislar que a educação compete aos âmbitos particular e público, isto é, é responsabilidade tanto da família quanto do Estado, materializando um discurso educacional que também atravessa o contexto argentino do peronismo.

Além do trabalhador e da educação, o discurso varguista também se volta para a instituição família, que ganha um destaque na Constituição de 1934. Examinemos a passagem materializada na SD4:

(SD4): Da Família

Art 144 - A família, constituída pelo **casamento indissolúvel**, está sob a **proteção especial** do Estado.
Art 146 - O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O **casamento perante ministro de qualquer confissão religiosa**, cujo rito não contrarie a **ordem** pública ou os **bons costumes**, produzirá, todavia, os mesmos efeitos que o **casamento civil**, desde que, perante a autoridade civil, na habilitação dos nubentes, na verificação dos impedimentos e no processo da oposição sejam observadas as disposições da lei civil e seja ele inscrito no Registro Civil. O registro será gratuito e obrigatório. A lei estabelecerá penalidades para a transgressão dos preceitos legais atinentes à celebração do casamento (Brasil, 1934 – *grifos nossos*).

No excerto exposto, podemos observar a centralidade que a instituição família adquire no varguismo. Assegurado mediante o enunciado “casamento indissolúvel”, o discurso da família tradicional burguesa logra *status* jurídico no discurso varguista. O discurso nacionalista na era Vargas intervém diretamente na instituição familiar, sobretudo na família do trabalhador, organizando-a e adestrando-a por meio dos valores morais burgueses, como, por exemplo, a obrigatoriedade do casamento para se reconhecer a união enquanto família, bem como a impossibilidade de divórcio, o que se observa através do significante “indissolúvel”, contemplando tal instituição como a célula básica da sociedade, no contexto de transição do capitalismo agroexportador para o capitalismo industrial. O texto constitucional ainda materializa a aliança entre o Estado e a Igreja através da igualdade de efeitos entre o casamento civil e o casamento religioso, desde que a cerimônia obedeça à “ordem” e aos “bons costumes”, enunciados que materializam a filiação discursiva entre moralidade burguesa, catolicismo e poderes executivo e legislativo.

Como materialização do varguismo, a Constituição de 1934, ao destacar o trabalhador, a educação e a família, enunciados que sintetizam os três pilares sustentadores do discurso capitalista industrial, é atravessada simultaneamente por discursividades de vertente liberal, moderna, nacionalista e ditatorial.

A partir de 1937, o governo Vargas entra numa nova fase, conhecida na historiografia como “Estado Novo”. A implantação desse governo, via um novo golpe de Estado, se destinava a reprimir o clima de instabilidades sociopolíticas, representado principalmente, pelo avanço comunista e as insurreições tenentistas. Por meio da dissolução da Câmara, do Senado e do adiamento das eleições diretas para presidente, o novo governo Vargas reafirmava assim a total centralização e repressão do Estado, que adquiria o maior grau de controle desde 1930.

Discursivamente, o novo golpe de Estado, materializado no enunciado “Estado Novo”, representa uma consolidação de um processo de deslocamento discursivo que já vinha sendo gestado desde 1930. O significante “Novo” materializa o movimento de ruptura discursiva com a cadeia do liberalismo – tanto político quanto econômico –, desvinculando o “Estado” da República Oligárquica liberal e agrária, e filiando-o, em contrapartida, a um regime ditatorial, de vertente nacionalista e interventora, cujo objetivo geral girava em torno da modernização da nação pela via autoritária.

Neste cenário, se intensifica a propagação discursiva de Vargas como o “pai dos pobres” e “o protetor dos trabalhadores”. Para materialização desse discurso populista, além da sistematização e ampliação da legislação trabalhista, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, foi decisiva a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939.

Tal dispositivo materializa o discurso propagandístico varguista amplamente difundido no Estado Novo. O DIP se voltava para a confecção e circulação de materiais, tais

como revistas, livros, panfletos e pôsteres destinados a exaltar a política nacionalista do varguismo. Em tais pôsteres, exibiam-se *slogans* veiculados pelo governo, bem como fragmentos de manifestos, discursos públicos e radiofônicos de Getúlio destinados aos trabalhadores, como os proferidos no estádio São Januário, no Rio de Janeiro, a partir de 1939, na ocasião de 1º de maio, dia do Trabalhador, quando o chefe de Estado discursava para uma grande massa de operários e para o povo em geral. Analisemos alguns trechos desses pôsteres varguistas, extraídos da DIP⁷ e difundidos no período do Estado Novo (1937-1945), por meio das SD mostradas a seguir:

(SD5): Educar não é, somente, instruir, mas desenvolver a **moralidade** e o **caráter**, preparando o **homem** para a **comunhão**, ensinando-lhe as artes **necessárias** para a **mais alta das virtudes**: o conhecimento das suas próprias **forças**. O **melhor cidadão** é o que pode ser **mais útil** aos seus semelhantes e não o que **mais cabedais de cultura** é capaz de exibir (Manifesto de Getúlio Vargas à Nação, A juventude no Estado Novo. Publicação do DIP, p.5, Junho de 1934 – *grifos nossos*).

(SD6): Precisamos reagir em tempo contra a indiferença pelos **princípios morais**, contra os hábitos do **intelectualismo ocioso e parasitário**, contra as **tendências desagregadoras**, infiltradas pelas **mais variadas formas** nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação (Pôster com discurso de Getúlio Vargas, A juventude no Estado Novo. Publicação do DIP, p.15, 1939 – *grifos nossos*).

(SD7): Todos os **bons** brasileiros são **soldados** de sua **grandeza**.

O **trabalho** é o maior fator da **elevação** da **dignidade** humana! (Pôster com discurso de Getúlio Vargas, A juventude no Estado Novo. Publicação do DIP, p.13-16, 1939 – *grifos nossos*)

(SD8): Crianças! Aprendendo, no **lar** e nas **escolas**, o **culto da Pátria**, trareis para a vida prática tôdas as probabilidades de êxito. Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos **mais altos destinos** entre as Nações, realizando os desejos de **engrandecimento** aninhados em cada coração brasileiro (Pôster com discurso de Getúlio Vargas, A juventude no Estado Novo. Publicação do DIP, p.14, 1939 – *grifos nossos*).

Pelos excertos apresentados, extraídos de pôsteres e panfletos da DIP que materializam discursos de Getúlio para a população, percebemos um discurso nacionalista que promove a valorização da classe operária, que é a mão de obra do capitalismo industrial. Na SD5, o “homem” que deve ser preparado não se refere a qualquer um, mas o proveniente da classe trabalhadora, o operário. Assim, a educação deve desenvolver no homem trabalhador a “moralidade” e o “caráter”, significantes-chave que materializam a inscrição do discurso nacionalista no discurso burguês, calcado nos valores morais e “nos bons costumes”.

O trabalhador, imbuído de moralidade e caráter, deve ser preparado para a “comunhão”, entendida como sinônimo de “coletividade”, materializando o discurso positivista⁸ de

⁷ Estes pôsteres varguistas podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>> que reúne diversos materiais, tais como revistas, livros, panfletos e pôsteres produzidos à época do Estado Novo. Os trechos analisados encontram-se especificamente no arquivo disponibilizado em <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/gv-133f_1.pdf>. Tal arquivo reúne diversos pôsteres e panfletos produzidos pelo DIP. Acesso em 30 dez. 2023.

⁸ A concepção teórica de positivismo aqui contemplada repousa no pensamento comtiano, isto é, uma corrente filosófica idealizada segundo os princípios formulados pelo pensador francês Augusto Comte (1798-1857) que, tomando o contexto da Revolução Francesa, considerava a ditadura republicana como forma de governo. Apropriado pelo nacionalismo populista desenvolvido no varguismo, esse discurso positivista de extração comtiana se filiou às discursividades do capitalismo industrial, materializando um Estado forte,

“solidariedade e coletividade”, que devem estar à frente do individualismo. Essa filosofia positivista é apropriada pelo discurso capitalista, a fim de gerar o clima de “bem-estar social” da classe trabalhadora, doutrinando-a aos valores burgueses, ligados à família e à religião cristã.

No enunciado “Ensinar as artes necessárias”, o significante “necessárias” conduz a um efeito de sentido de ensino básico, isto é, uma economia de ensino, que se coaduna ao pensamento tecnicista, responsável por preparar o trabalhador para receber um determinado tipo de educação, voltada para a mera execução e reprodução de tarefas, a partir de uma pedagogia autoritária, que não permite questionamento do contexto social. Cabe destacar as ações dos governos Vargas em direção à promoção do ensino tecnicista, como o decreto-lei, em 1942, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, destinada à formação de mão de obra fabril qualificada, além do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com o objetivo de ofertar ensino profissional ao menor operário.

Para que o trabalhador possa atingir as “mais altas virtudes”, entendidas como serviço à Pátria, faz-se necessário “o conhecimento de suas próprias forças”, ou seja, torná-lo produtivo economicamente, transformando-o em uma força produtiva adestrada aos objetivos capitalistas, através de uma educação tecnicista industrializante. No último enunciado da SD5, percebemos o discurso varguista profundamente conectado ao desenvolvimentismo econômico: o “melhor” cidadão, isto é, o mais valorizado na sociedade capitalista, é aquele cujo corpo é útil economicamente e dócil politicamente, adestrado aos preceitos da sociedade industrial. Neste sentido, podemos ainda observar o atravessamento de um discurso populista, materializado na dicotomia entre classe operária (nacionalista) *versus* a elite (liberal). Por meio da formulação “o melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir”, o discurso varguista valoriza a classe trabalhadora, entendida como a força que sustenta economicamente o país, em detrimento daqueles que exibem “seus cabedais de cultura”, ou seja, os representantes da elite intelectual. Assim, há uma defesa do conhecimento técnico, que é a força propulsora do capitalismo industrial, em detrimento do conhecimento intelectual, tradicionalmente voltado às elites e questionador do *status quo*.

A SD6, por sua vez, através do enunciado “intelectualismo ocioso e parasitário”, também parece retomar certas polaridades, tais como trabalhadores (produtivos) *versus* elite intelectual (ociosa), educação tecnicista *versus* educação intelectual, materializando um discurso em torno de “princípios morais” enquanto os básicos para a educação dos trabalhadores e “futuro da Nação”. Neste fragmento, também notamos uma noção que atravessa o discurso populista e que pode ser materializada mediante a dicotomia “povo” *versus* “inimigo”. O “povo” se refere aos trabalhadores e a todos apoiadores do governo. Já o “inimigo” concerne às “ameaças desagregadoras que estão infiltradas pelas mais variadas formas”, ou seja, alude à oposição anti-varguista, aos liberais, aos sindicatos rebelados, aos tenentistas, aos comunistas e quaisquer divergentes que se opusessem à política ditatorial varguista e aos seus valores moralizantes.

Na SD7, destacamos também dois enunciados que aparecem em dois pôsteres difundidos pela DIP. O enunciado “bons brasileiros” se refere aos trabalhadores que vivem de acordo com os preceitos morais burgueses, cumpridores do dever e obedientes ao Estado, excluindo-se os insurgentes, tais como comunistas, grevistas, boêmios e qualquer opositor ao governo.

intervencionista, promotor de uma política trabalhista alicerçada na formação tecnicista e calcado nas noções de “ordem” e “progresso” da nação (cf. Fausto, 2015 [2006]; Glik, 2006).

Os brasileiros são recriados, assim, como “soldados”, uma vez que servem à Pátria, por meio de sua força produtiva na economia. Além disso, o significante “soldados” também sinaliza a aliança do Estado com os militares, sobretudo do exército. O discurso capitalista que filia o trabalho à moral burguesa se materializa ainda por meio do enunciado “o trabalho é o maior fator de elevação da dignidade humana”.

Já a SD8, por meio dos significantes “lar” e “escolas”, materializa a aliança constitucional entre o Estado e a família tradicional no que tange à educação do cidadão, alicerçada nos valores capitalistas e morais burgueses que fundamentam o “culto à Pátria”.

Por fim, as sequências discursivas são atravessadas por um discurso nacionalista que promove um sentimento de valorização do brasileiro e, portanto, da nação, gerando um efeito de sentido de unidade. Assim, através das formulações “as mais altas virtudes”, “grandeza”, “elevação”, “mais altos destinos” “engrandecimento”, presentes nas SD5, SD7 e SD8, o discurso varguista, apropriando-se do discurso trabalhista, constrói uma atmosfera de bem-estar social, incutindo no trabalhador autoestima e exaltando um orgulho nacionalista, por meio da identificação do trabalhador brasileiro com a própria nação.

4 Memória discursiva

4.1 Memória do peronismo na Argentina

A “Revolução Libertadora” é o movimento que se inicia em setembro de 1955 com a queda de Perón. Pode ser lido como um processo de destruição da memória peronista. É interessante notar a repetição do significante “revolução” enquanto um movimento de ruptura discursiva com o peronismo. Observamos que a “Revolução de 1943” foi um processo de rompimento discursivo com a Argentina Oligárquica e que, portanto, ensejou a germinação do peronismo, que se materializou na formulação “Nova Argentina”. Já a “revolução libertadora”, por sua vez, provoca um novo deslizamento de sentido no termo “revolução”, que dessa vez rompe com o discurso peronista, ressignificando-o, a partir também do significante “libertadora”, construindo a representação de um regime ditatorial do qual a Argentina precisaria ser “libertada”.

A partir disso, com a renúncia de Perón, eclode um novo golpe militar, materializado no enunciado “revolução libertadora”. A liderança da Argentina passa então a ser disputada por militares que se organizavam a partir de duas tendências discursivas que se opunham, a nacionalista e a liberal, reatualizando e reencenando movimentos discursivos imiscuídos à memória argentina através dos discursos fundadores da nação no contexto do século XIX.

A vertente nacionalista se identificava com o catolicismo. Já a vertente liberal desejava eliminar qualquer vestígio do peronismo da memória argentina. A partir dessa conjuntura, o processo de proliferação discursiva do peronismo amplamente difundido nos governos de Perón dá lugar a uma forte prática de censura ao discurso peronista.

Sendo assim, a interdição ao peronismo se materializa juridicamente por meio de diversos decretos, reunidos sob o título de *Delito de Opinión* (cf. Poderti, 2012). Deste modo, a “Revolução Libertadora” proibia a menção a Perón e a quaisquer práticas que se refiram ao seu movimento, bem como funcionamento do Partido Justicialista (Partido Peronista), esta-

belecendo penalidades que variavam entre a prisão (de 30 dias a 6 anos), multas (de 500 a 1 milhão de pesos) e impossibilidade de atuar como funcionário público, dirigente político e/ou sindical, dentre outras sanções (cf. Laclau, 2013 [2005]; Poderti, 2012).

Os militares antiperonistas empreenderam uma série de decretos que determinavam ainda uma comissão nacional de investigações, que tinha por objetivo averiguar as irregularidades produzidas em todos os ramos da administração pública federal, provincial e municipal durante a gestão do governo peronista, cometidas por funcionários ou pessoas relacionados a este. Discursivamente, o objetivo era apagar a memória do peronismo institucional, relacionada, pelos meios oficialistas, à justiça social, à soberania política e à independência econômica, filiando-a, em contrapartida, a uma rede discursiva de antidemocracia, de corrupção, de ditadura, de tirania e de demagogia. O resultado dessas ações se materializa no chamado *Libro Negro de la Segunda Tiranía*. Essa prática violenta de ruptura discursiva resultou no exílio de Perón e na organização do peronismo de maneira clandestina na Argentina.

Os governos militares começaram a se aproximar de políticos peronistas, no intuito de incorporá-los ao novo sistema político, configurando-se assim uma espécie de peronismo cuja liderança ficava a cargo dos líderes sindicalistas. Evidencia-se, desta maneira, um processo de ramificação discursiva do peronismo, que vai ganhando corpo ao longo das décadas de 60 e 70. De um lado, “um peronismo sem Perón”, que configura um peronismo de direita, representado principalmente pelos sindicatos, que tinham Perón como uma figura simbólica, mas que argumentavam que a liderança deveria ser exercida pelo setor sindical.

Por outro, “o peronismo com Perón” compreendia o peronismo de esquerda, representado principalmente por organizações da juventude e grupos guerrilheiros que proclamavam sua lealdade ao dirigente (cf. Laclau, 2013 [2005]). Desse modo, Perón, apesar da posição marginalizada a partir do exílio, seguia liderando o movimento junto aos setores mais radicais do peronismo e seu discurso continuava se proliferando na Argentina, alimentando principalmente a ala esquerdista, ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Durante os 18 anos de permanência no exílio (1955-1973), Perón travou batalhas em meio ao processo de interdição discursiva do peronismo com os governos antiperonistas. Apesar das diferenças cada vez mais irreconciliáveis entre as alas peronistas, que sofriam processos de ramificação discursiva cada vez mais fortes, houve uma aparente unificação ao se filiarem ao enunciado “retorno de Perón à Argentina”, feito que ocorre em 1973, em que Perón é eleito pela terceira vez presidente da Argentina, ocupando o cargo até seu falecimento, em 1974.

A partir de 1976, a Argentina mergulhou em épocas violentamente repressivas desencadeada por novas ditaduras militares e somente em meados da década de 1980 o país voltou ao sistema democrático de eleições presidenciais via voto popular. Assim, ao longo da década de 1980 até os anos 2000, a União Cívica Radical e o Partido Peronista – amalgamando distintas correntes ideológicas, dentre elas destacam-se a menemista e a kirchnerista, a partir de 2003 – se alternariam quanto à ocupação da presidência argentina.

4.2 Memória do varguismo no Brasil

Na fase de seu governo, entendida pela historiografia como “período democrático”, entre 1951 e 1954, em que Vargas volta ao poder por meio do voto popular, houve um fortalecimento do discurso populista. Assim, com a vigência do pluripartidarismo, o cenário político torna-

se cada vez mais diverso, bem como conturbado e tensionado, organizando-se uma ampla oposição anti-varguista, de inclinação liberal, representada pela União Democrática Nacional (UDN). Diante da oposição crescente, Vargas buscou apoio em sua base: os trabalhadores urbanos, organizando-os em sindicatos para que os ajudassem no combate aos “especuladores, gananciosos e entreguistas” (cf. Fausto, 2006, p.347-351).

Em 1954, diante da perda gradativa de apoio ao seu regime por parte de setores mais conservadores, o governo Vargas chega ao fim através do suicídio do presidente. Em sua carta-testamento,⁹ há um forte atravessamento do discurso populista, materializado na dicotomia “povo *versus* inimigo”. Nela, o presidente se constrói como representante dos trabalhadores, do povo e recria os grupos internacionais, bem como opositores internos como “inimigos”, por meio das formulações “as forças e os interesses contra o povo” e “as aves de rapina”.

No que tange à memória discursiva, o discurso varguista se ramifica a partir de duas vertentes políticas, que divergiam entre si: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (cf. Bohoslavsky, 2012). O PSD concentrava os herdeiros da maquinaria burocrática e o poder territorial dos velhos interventores do Estado Novo. Já o PTB representava a tradição trabalhista e a força dos sindicatos industriais. Assim, os partidos destacavam, diferentemente, a influência do varguismo nos setores da burguesia industrial e nos da classe trabalhadora, configurando o caráter conciliatório do discurso varguista, que, por muitas vezes, é materializado mediante certos enunciados, tais como “Getúlio Vargas, o pai dos pobres” e “a mãe dos ricos”.

Tanto o PSD quanto o PTB se comportam como herdeiros da memória do varguismo, atravessando o cenário político brasileiro ao longo da segunda metade do séc. XX. Além disso, é importante ressaltar que após meio século do fim da Era Vargas – intervalo temporal durante o qual o Brasil atravessou décadas de ditaduras cívico-militares, processo de redemocratização, com o estabelecimento de democracias neoliberais, que tiveram seu ápice nos governos dos anos 90 – a herança varguista voltaria ao poder através da vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003.

5 Considerações finais

O objetivo deste artigo foi promover uma análise em direção aos discursos sobre o peronismo e o varguismo, observando como tais governos se apropriam do discurso populista, bem como examinando também de que modo as noções de trabalho, família e educação atravessam ditas discursividades que marcaram o contexto sócio-histórico do século XX da Argentina e do Brasil, respectivamente.

Para tanto, lançamos mão de um arcabouço teórico-metodológico ancorado na Análise de discurso de linha francesa, mobilizando postulados epistemológicos de extração pecheutiana e foucaultiana. No que tange às análises propriamente ditas, examinamos o que denominamos formas de materialização dos discursos peronista e varguista abrangendo, assim, gêneros das esferas propagandística e jurídica por meio de enunciados provenientes de revistas, pôsteres e da Constituição vigente à época em ambos os países enfocados. Após as análises,

⁹ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>> Acesso em 30 dez. 2023.

foram tecidas breves reflexões, levando em conta os contextos sócio-históricos que culminaram no declínio do peronismo e do varguismo, com vistas ao exame da memória discursiva que tais movimentos delinearão na conjuntura política da Argentina e do Brasil, respectivamente.

No tocante à comparação entre Perón e Vargas, podemos entender distintos funcionamentos discursivos entre ambos os contextos. Desta forma, o peronismo é constituído em meio às discursividades da militância. Perón, um representante das Forças Armadas do Exército, imbuído de uma oratória inflamada e agressiva, promove um discurso que se pauta em cortes discursivos, isto é, seu populismo – conforme podemos examinar através dos enunciados oriundos da revista *Mundo Peronista*, que se comporta como um forte veículo de reverberação de seu discurso propagandístico – se assenta em polaridades e dicotomias que incitam as massas a lutar contra a oligarquia. O efeito de sentido de sua força mobilizatória se materializa através de um complexo movimento que, levando o seu nome, transcende a si próprio, bem como o seu tempo, atravessando decisivamente a memória argentina até os dias atuais.

Já o varguismo/getulismo não se inscreve nas discursividades do campo militante. O populismo do discurso varguista, conforme podemos analisar por meio de panfletos e pôsteres confeccionados pelo DIP do Estado getulista, se apropria muito mais de um discurso paternalista e sentimental, que não estimulava o combate às estruturas de poder arraigadas, como as oligarquias. Sendo o próprio Vargas oriundo da oligarquia, sua política trabalhista simultaneamente ampara os trabalhadores e os domina sob seu jugo, controlando também os sindicatos. Sendo assim, o varguismo não mobiliza a cadeia do discurso revolucionário, não formando militantes combatentes.

O discurso da justiça social não adquire a mesma força tal qual no peronismo, sendo esta inferida no varguismo como um produto “espontâneo” que se daria com o desenvolvimento econômico. O discurso populista no varguismo também se alicerça em dicotomias e polaridades, tais como povo e inimigo, bons brasileiros e os maus, dentre outras, contudo, este estabelecimento de cortes discursivos se refere muito mais aos dissidentes que não se ajustam ao seu governo, aos opositores, sem aludir necessariamente aos oligarcas e às classes dominantes como inimigos. O discurso varguista se apropria muito mais de um discurso conciliatório, promovendo uma aparência discursiva de aliança entre classes sociais.

No que tange às semelhanças, entendemos, por meio da observação também de discursos jurídicos materializados a partir de fragmentos extraídos das Constituições em voga em ambos os países, que o peronismo e o varguismo vinculam seus discursos políticos às noções de família, trabalho e educação, uma vez que tais significantes condensam os três sustentáculos do discurso capitalista. Assim, tanto Perón quanto Vargas se configuram como líderes populistas que incorporam a classe trabalhadora à cena sociopolítica, com o objetivo de impulsionar o capitalismo industrial em suas nações, reconstruídas discursivamente como um “Novo país” que rompe com o passado, por meio dos enunciados “Nueva Argentina” e “Estado Novo”.

Referências

ANDREOTTI, A. L. A administração escolar na era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930-1964). *Revista HISTEDBR On-Line*, Campinas, n. especial, p.102-123, 2006.

ARGENTINA. *Constitución de la Nación Argentina de 1949*. Buenos Aires, 1949. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.gob.ar/items/show/1571>> Acesso em 30 dez. 2023.

BARROS, L. E. P. A cultura política do varguismo no Brasil e do peronismo na Argentina: um diálogo com a obra “multidões em cena” de Maria Rolim Capelato. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2, 2016, São Paulo. *Anais*. São Paulo: ECA/EACH/PROLAM/FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2016, p.1-11.

BOHOSLAVSKY, E. Antivarguismo y antiperonismo (1943-1955): Similitudes, diferencias y vínculos. *Anuario de la Escuela de Historia. Revista digital, Facultad de Humanidades y Artes*, Rosario, v.3, n. 24, p.73-97, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1934*. Institui a Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1934. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 30 dez. 2023.

CELADA, M. T.; PAYER, M. O. Sobre sujeitos, língua(s), ensino. Notas para uma agenda. In: CELADA, M. T.; PAYER, M. O. (orgs). *Subjetivação e processos de identificação. Sujeitos e línguas em práticas discursivas – inflexões no ensino*. Campinas: Pontes Editores, 2016, p.17-42.

COURTINE, J.-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. *Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.14-35, 2016.

FAUSTO, B. *História do Brasil* [2006]. 14ª ed. São Paulo: EdUsp, 2015.

FERREYRA, G. V. La revista La Obra y la política educativa peronista, 1950-1955. In: JORNADAS INTERESCUELAS DE HISTORIA, 14, 2013, Mendoza. *Anais*. Mendoza: Departamento de Historia/ Facultad de Filosofía y Letras/Universidad de Cuyo, 2013, p.1-20.

FONSECA, P. C. D.; HAINES, A. F. Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p.1043-1074, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400013>

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber* [1976]. 23ª ed. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber* [1969]. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GIRBAL-BLACHA, N. En la Argentina Peronista “los únicos privilegiados son los niños” (1946-1955). La doctrina desde la Biblioteca Infantil “General Perón”. *Historia Contemporánea*, España, v.9, n. 50, p.133-162, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1387/hc.14145>

GLIK, M. Ordem e Progresso, Civilização e Barbárie. Perón, Vargas e Positivismo (Argentina-Brasil, 1930-1955). *PerCursos*, Santa Catarina, v. 7, n. 2, p.1-15, 2006.

GUTIERREZ, T. V. Familia y educación en la Argentina, 1946-1955. Instrumentos para la acción del Estado Peronista. *Revista de Historia Americana y Argentina*, Mendoza, v.3, n. 39, p.145-168, 2002.

LACLAU, E. *A razão populista* [2005]. 1ª ed. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MUNDO PERONISTA. *Revista*. Vícios de la oligarquía y virtudes del pueblo. Organograma. Buenos Aires, n. 5, Setembro de 1951, p.48. Disponível em < <https://upcndigital.org/~ciper/Material/revistas/MundoPeronista05.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

ORLANDI, E. P. *Terra à Vista*. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 1ª ed. São Paulo: Pontes, 2000.

- PERÓN, E. Discurso de Eva Perón. *Revista Mundo Peronista*, Buenos Aires, n. 1, Julho de 1951. Coluna “Escribe Eva Perón”, p.5. Disponível em <<https://upcndigital.org/~ciper/Material/revistas/MundoPeronista01.pdf>> Acesso em: 30 dez. 2023.
- PERÓN, J. Discurso de Perón e Eva. *Revista Mundo Peronista*, Buenos Aires, n. 4, Setembro de 1951, p.28. Disponível em <<https://upcndigital.org/~ciper/Material/revistas/MundoPeronista04.pdf>> Acesso em: 29 dez. 2023.
- PERRIG, S. Mujeres, antiperonismo y antifascismo en Argentina (1943-1955). *Aposta – Revista de Ciencias Sociales*, Madrid, n. 73, p.139-167, 2017.
- PODERTI, A. La batalla conceptual: el diccionario de los argentinos (1945-1976). *Revista Anales*, Suecia, v.8, n.7, p.191-221, 2005.
- PODERTI, A. *Perón atraviesa los tiempos*. 1ª ed. Sydney: Editorial Cervantes Publishing, 2012.
- SHUMWAY, N. *A invenção da Argentina: História de uma ideia*. 1ª ed. São Paulo: EdUsp, Brasília: Editora UnB, 2008.
- SOUZA, P. A. Avanços da educação brasileira garantidos pela constituição federal de 1934. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/BR, 24, 2016, Maringá. *Anais*. Maringá: Rede Universitas-BR/ANPed/Universidade Estadual de Maringá, 2016, p.1363-1380.
- VARGAS, G. *A Juventude no Estado Novo* – Textos do presidente Getúlio Vargas extraídos de discursos, manifestos e entrevistas à imprensa. Materiais (pôsteres e panfletos) produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) à época do Estado Novo (1937-1945). Disponível em <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/gv-133f_1.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.